

# *Divida externa* Sarney espera as reações dos credores

16 MAR 1987

GAZETA MERCANTIL

por José Casado  
de Brasília



José Sarney

O Brasil não tem uma proposta definida para negociar a sua dívida externa, estimada em US\$ 109 bilhões. O governo optou por esperar um pouco mais, para estudar melhor as reações dos credores estrangeiros à decisão de suspender os pagamentos da dívida por tempo indeterminado.

E uma questão tática, justifica o presidente José Sarney: "Não temos uma proposta definida, detalhada, e nem caberia, neste momento. Estamos estudando o terreno. Dissemos que não podemos continuar pagando US\$ 12 bilhões por ano, e os credores estão indicando que compreendem isso. Vamos aguardar a manifestação deles".

Sarney mostra-se tranquilo. Afinal, passaram-se três semanas desde a suspensão dos pagamentos da dívida e nenhuma retaliação firme dos credores externos, além da retórica, foi computada pelo governo.

"Há manifestações favoráveis na imprensa mun-

dial, algumas até elogiosas, e uma evidente compreensão dos credores. Eles entenderam que não foi uma coisa política estreitamente de cunho ideológico. As coisas estão caminhando bem e todos sabem que queremos negociar. Sabem, também, que não podemos e não aceitamos comprometer o nosso crescimento", pondera.

A necessidade de negociação é reconhecida pelos

dois lados acrescenta. "Eles sabem que nós estamos fazendo o que é certo, e nós estamos fazendo o contrário do que foi feito antes. É importante", lembra, "que antes foram feitas muitas cartas de compromisso e que, no final, quem rompeu o acordo sobre a dívida externa não foi o Brasil, foi o Fundo (Monetário Internacional). Eles é que romperam com o Brasil, porque o País não tinha mais reservas. Agora, não, nós protegemos nossas reservas. Eles sabem disso e estão mostrando que compreendem a situação, que era insustentável".

O presidente está convencido de que este é o momento para o País consolidar a modernização de suas relações internacionais. Depois de refletir sobre o tamanho da dívida e o volume do comércio externo, Sarney concluiu pela oportunidade de se criar um grande comitê nacional, de assessoramento ao governo, que possa até mesmo realizar gestões sobre a dívida e o comércio, no exterior.

E uma idéia que está na sua cabeça — diferentes versões indicam que o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, é co-autor desse projeto. "É uma boa idéia", acha Sarney. Com ironia, nota que a representação dos interesses brasileiros, no caso da dívida, foi entregue anos atrás a um restrito comitê de bancos privados credores do País. "Precisamos dar uma outra dimensão na gestão da dívida e também do comércio", acha, "pois já não basta um ministro sair pelo mundo afora: nossa dívida e o nosso

(Continua na página 6)

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, confirmou sexta-feira que até o final deste mês o governo apresentará um programa econômico para vigorar nos próximos quatro anos. Entre as metas do plano está a manutenção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) entre 5 e 7% até 1990.

Ulysses Guimarães, que esteve com Funaro, disse que "as medidas internas serão examinadas pelo PMDB e, se exigem sacrifício, 'ele deverá ser partilhado por todos'".

## Sarney espera as

por José Casado  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

comércio ganharam um tamanho universal."

E possível que dentro de um mês Sarney venha a formalizar essa comissão. O governo, assim, pretende aglutinar as mais representativas lideranças do empresariado e abrir a participação ao Congresso (pelo menos duas cadeiras nesse comitê devem ficar reservadas a congressistas, notam assessores da Presidência da República).

Antes, porém, serão feitos alguns ajustes internos. "Estamos fazendo a nossa parte", diz o presidente. Neste fim de semana seu governo completa dois anos e computa alguns resultados que julga extremamente relevantes no contexto do seu projeto administrativo. "Nós cortamos US\$ 1 bilhão em gastos governamentais, reduzimos em 50 mil o número de funcionários, acabamos com a conta-movimento do Banco do Brasil — quando ninguém achava que teria-mos coragem de acabar —, fizemos a unificação dos orçamentos e reduzimos bastante o déficit das empresas estatais. Estamos avançando."

Faltam, no entanto, mudanças estruturais na economia, que ele mesmo prometeu à Nação, em diferentes ocasiões. "O problema é que nem sempre o 'timing' acontece no momento em que a gente deseja. E por isso nós vamos agindo por tópicos. Veja, os governos estaduais não estavam ajudando muito, então nós acabamos com o poder de emissão de moeda pelos estados, que era uma grande distorção. Essa é uma outra coisa que ninguém acreditava que teríamos coragem de fazer."

"Antes, os governos estaduais faziam obras, sacavam o dinheiro nos bancos estaduais e esses bancos sacavam no Banco do Brasil, com cheque sem fundos", acrescenta. "Isso acabou mesmo. Agora há um decreto-lei que proíbe os estados de fazer isso."

O presidente é incisivo: "Acabou definitivamente, até porque o funcionário que fizer será demitido. Agora preciso que os governos estaduais me ajudem".

O País começa a semana com uma cena política dominada por novos e influentes personagens — os governadores eleitos em novembro último. Na visão do presidente, surge a chance, o espaço político necessário, para uma outra etapa de seu projeto econômico.

O apoio político ao seu governo, acredita, consolidou-se. As seguidas reuniões, individuais e coletivas, que manteve com esses novos governadores lieram-lhe essa certeza. "Eles, agora, vão enfrentar a realidade, a dura realidade de administrar. E os estados tendem a um ajuste estrutural, porque já não

podem mais emitir moeda, programar e fazer obras, com base em cheques sem fundos, como no passado. Terão de ajustar seus programas à realidade dos recursos disponíveis e vão ter de trabalhar em cima disso."

De sua parte, o cronograma está sendo definido. Dentro de duas semanas envia ao Congresso um projeto de lei que muda totalmente a política de subsídios e, possivelmente, abrangerá, também, uma reestruturação do sistema de incentivos fiscais federais.

E a preparação de um cenário econômico que, na avaliação de assessores diretos do presidente, pode acabar desaguando em um novo programa de estabilização da economia mais "enxuto" do que o Plano Cruzado de doze meses atrás. A idéia do recongelamento de preços, por exemplo, não chega a ser totalmente exorcizada no Palácio do Planalto. Poderá ser resgatada, mas circunscrita à cesta básica de alimentos, o que seria possível administrar — de acordo com os colaboradores do presidente — num ano em que o País contabiliza uma safra recorde, de 65 milhões de toneladas de grãos (24% maior que a última).

Antes, o governo pretende esperar arrefecer o ânimo reivindicatório que caracteriza a mobilização empresarial e trabalhista neste mês de março. O presidente olha para tais movimentos com a experiência de seus quarenta anos de militância política. "É um quadro absolutamente típico desta etapa de transição".

Conta 2.286 greves, nos mais diferentes setores, durante o ano passado — uma estatística que recentemente lhe foi apresentada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI). "E assim mesmo, os operários querem mais salário, os empresários querem mão-de-obra barata e maior lucro: essa explosão é típica dos períodos de transição, foi assim nos Estados Unidos, na França, na Espanha e em Portugal."

Acrescenta: "O importante é notar que nós estamos enfrentando uma catástrofe. O Eisenhower (Dwight Eisenhower, presidente dos EUA na década de 50) era permanentemente acusado de indecisão, mas na verdade ele agia aos poucos, com moderação, com o sentido conciliador. O de Gaulle (Charles de Gaulle, presidente da França na década de 60) fazia o mesmo. Essa ansiedade foi característica das etapas de transição dos regimes políticos em Portugal e na Espanha, mais recentemente".

Mas há um custo político: "E quem paga sou eu. O sacrifício político é meu e eu estou consciente, mas eu tenho confiança e acho que os brasileiros também", diz Sarney.